

Segundo relata a Coordenadora da Fauna Doméstica, Patrícia Carvalho, muitos municípios que não tinham ações específicas em relação a fauna doméstica puderam, a partir do recebimento dos microchips e leitores, iniciarem a política pública de competência municipal, conforme a Lei estadual 21.970.

Vários municípios nos reportaram que a partir do recebimento dos insumos conseguiram publicar leis municipais e fazerem contratações de clínicas ou castramóveis para realizar a castração dos animais, alguns até criaram centros esterilização próprios, com previsão orçamentária, ou seja, o Conheça seu Amigo foi uma alavanca para os municípios cumprirem a legislação , informa Patrícia Carvalho.

Ascom/Sisema